

Revista de imprensa

Escolas com má nota perdem a autonomia

O Ministério da Educação quer avançar com a avaliação de mais 350 escolas no próximo ano lectivo e promete divulgar esta semana o resultado da avaliação a 100 estabelecimentos de ensino, feita ao longo de 2006/2007. Os primeiros contratos de autonomia com as 24 escolas-piloto que iniciaram o projecto serão assinados em Setembro. "Perante uma avaliação negativa, o que se exige é uma intervenção, que poderá ser diferenciada consoante os motivos", explica a ministra. Quando questionada sobre o facto de os maus resultados poderem significar a perda da autonomia, foi peremptória: "Sim, exactamente."

Correio da Manhã
02.07

Portugueses ganham em média 159 euros por fora

Em 2006, as empresas portuguesas não declararam 6943 milhões de euros em salários dos trabalhadores por conta de outrem. Este número resulta da diferença entre as remunerações totais pagas aos trabalhadores e as remunerações declaradas à Segurança Social. De acordo com os dados divulgados pelo próprio Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, e citados pelo economista Eugénio Rosa, com este 'esquecimento' dos empresários, entraram menos 2413 milhões de euros nos cofres da Segurança Social. (?) O valor não declarado do salário dos trabalhadores por conta de outrem varia por distritos, mas é em Lisboa que a diferença é mais alta: 236,76 euros. A nível nacional, conclui-se que, em média, a remuneração é de 756,18 euros, mas o salário real chega aos 915,55 euros. Ou seja, embora sejam as empresas a esconder os montantes verdadeiramente auferidos, na prática, os portugueses ganham 159,37 euros por fora.

Destak
10.07

Dois testes para ser professor

Todos os candidatos a professor terão de realizar, pelo menos, dois exames com uma duração total de quatro horas, ficando impedidos de aceder à carreira com uma classificação inferior a 14 valores, segundo uma proposta do Ministério da Educação. De acordo com o documento, no que diz respeito à entrada na profissão, a prova de ingresso inclui um exame comum a todos os candidatos, no qual são avaliados o domínio da língua portuguesa e a capacidade de raciocínio lógico.

24 Horas
13.07

Portugueses querem emprego seguro e tempo para a família

Um estudo realizado em 2006 sobre que modalidade laboral preferem os trabalhadores nacionais para poderem ter mais tempo para a família revela que os portugueses gostariam de poder controlar mais o seu horário de trabalho - poder sair mais cedo ou mais tarde -, não sendo apologistas da redução do horário semanal ou mesmo do trabalho a tempo parcial.

Jornal de Notícias
15.07

Emprego precário dispara no Norte

Em sete anos, Portugal ganhou mais de 130 mil novos trabalhadores precários e a esmagadora maioria (111 mil) encontra-se no Norte. Aqui, não é só o desemprego que continua mais alto do que no resto do país. Também a qualidade do emprego está a degradar-se, com a proliferação de contratos a prazo (que, agora, assim se podem manter durante seis anos) e dos chamados recibos verdes. No ano dois mil, 1,380 milhões de pessoas tinham um contrato a termo ou trabalhavam contra recibo verde, pelo que 27% dos trabalhadores estavam precários. Seis anos mais tarde, o número tinha subido para 1,511 milhões (29% do total do emprego). Já o Norte passou de 400 mil registados pelo Instituto de Estatística em 2000 para 511 mil, no final de 2006 ? um aumento muito superior ao do resto do país.

Jornal de Notícias
19.07

Despedimentos colectivos dispararam em 2007

O número de processos de despedimento colectivo quase duplicou no primeiro semestre de 2007. Segundo os dados da Direcção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho, os processos concluídos resultaram em 1376 rescisões de contratos, contra apenas 725 registadas em 2006. Este ano, foram 123 as empresas que iniciaram despedimentos colectivos, quando no ano passado eram apenas 69. O Norte e o Centro lideram as zonas com mais rescisões em grupo.

Semanário Económico

20.07

Patrões querem que Constituição facilite despedimentos e limite greve

As confederações patronais querem que a Constituição da República torne mais fáceis os despedimentos, que o direito à greve passe a ser mais restritivo e que a contratação colectiva possa ser feita com outras estruturas para além dos sindicatos. (?) Quanto aos despedimentos, os patrões reclamam a revisão do artigo 53º da Constituição, o qual garante aos trabalhadores a segurança no emprego, proibindo "o despedimento sem justa causa por motivos políticos ou ideológicos".

Público

20.07

66% não poupa para a reforma

A maioria da população activa portuguesa não faz qualquer poupança a pensar na velhice, apesar de ter a consciência de que o deveria fazer. Esta é uma das conclusões de um estudo desenvolvido pela seguradora Fidelity International em nove países europeus, que aponta Portugal como aquele cujos habitantes estão mais mal preparados para a reforma. Segundo o estudo, 66 por cento dos portugueses não poupam para a reforma nem têm planos para o fazer - a percentagem mais elevada dos países abrangidos. Quando interrogados sobre as razões que os levam a não precaver a velhice, 31% dos interrogados sem poupanças afirmaram não ter rendimento disponível para o fazer e 26 por cento consideraram serem demasiado jovens para o fazerem.

Correio da Manhã

23.07

Infantários forçados a ter horários mais alargados

O ministro do Trabalho e da Solidariedade considera que "as creches têm de ter horários mais alargados do que os actuais". (?) Para reforçar a sua posição, Vieira da Silva apontou o exemplo de uma creche que visitou recentemente em Vila Nova de Cerveira: "Visitei uma creche que estava aberta das sete da manhã até as dez da noite e estava cheia", disse para justificar a necessidade que os pais sentem em contar com um serviço mais alargado. A maioria das creches praticam horários até as 18 horas, sendo que algumas funcionam até às 19 horas, mas cobram uma taxa suplementar. O Governo pode condicionar essa alteração, tendo em conta que, como disse ao DN o secretário de Estado da Segurança Social, "cerca de 90% da rede de creches são instituições particulares do solidariedade social, com as quais temos protocolos de financiamento". Ou seja, o ministério poderá condicionar o financiamento a este tipo de estabelecimentos à sua política de horários.

Diário de Notícias

24.07

Todas as escolas vão ter alarme e videovigilância

Até Abril do próximo ano, todas as escolas do 2º e 3º ciclos, mais as secundárias, vão passar a ter sistemas externos de vigilância e alarme, através da instalação de 12 mil sistemas destes, avançou ontem o Governo no âmbito do Plano Tecnológico da Educação. A videovigilância pretende aumentar a segurança em ambiente escolar. Recorde-se que, só no ano lectivo de 2005/06, a GNR registou 323 situações de âmbito criminal e a PSP deteve 46 pessoas por ilícitos criminais, nas e junto às escolas, sobretudo por roubo e tráfico de droga, segundo o relatório anual de segurança interna.

Destak

24.07

Pensão média espanhola sobe 5 por cento em Junho para 674 euros

O sistema da Segurança Social espanhol registava no final de Junho um saldo positivo de 9,6 mil milhões de euros, devido a um aumento de 6,6% nas receitas e apesar dos pagamentos terem crescido 29,5%. Dados do Ministério do Trabalho espanhol referem que nos primeiros seis meses do ano a Segurança Social recebeu 51,7 mil milhões de euros, em contribuições, tendo pago 42,1 mil milhões de euros em prestações sociais. Entre Janeiro e Junho a pensão média nacional aumentou 5% face ao período homólogo de 2006, para 674,19 euros.

Diário Económico

25.07